

## Criança viada não é criança viado!<sup>12</sup>

*¡Un niño maricón no es un niño maricón!*

*A fag child is not a fag child!*

Dr. Marcos Antônio Bessa-Oliveira<sup>3</sup>

### Resumo

O momento é de fazer valer resistências. Mas como resistir quando sequer existe? Então a alternativa é fazer valer re-existências! Quero dizer: o que não existe para passar a existir deve, portanto, re-existir para fazer valer existência como resistências àqueles que não nos querem existentes: vivos. Neste último caso, por conseguinte, os que re-existem — corpos tornados mais invisíveis, agora que já eram/são invisíveis — para os que não os consideram com existência, os Estados-nações ou as Grandes Corporações, instituições que matam cada vez mais, estão precisando assumir *identidades em política* que não se permitem morrer sem se tornarem atos criminosos. Logo, matar um corpo, ainda que inexistente da lógica colonial, é sim crime! Considerando os muitos corpos vivos matáveis, na contemporaneidade migratória, artística, pandêmica e de exteriorização, a partir de uma abordagem descolonial, pretendo deslocar a lógica de que é possível matar alguém, por exemplo, pelo simples fato daquele ser viado, negro, pobre, preto, mulher, criança, puta, trans, entre muitos outros corpos da diferença colonial para reafirmar que matar alguém é crime.

Palavras-Chave: Criança viada; Corpo matável; Corpo da exterioridade; Crimes políticos; Crimes permitidos por políticas.

### Resumen

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no Latinidades – Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços, na modalidade online, 2020.

<sup>2</sup> Este trabalho contempla uma discussão que emergencia ocorrer considerando o contexto quase mundial de emergência, de 2012 para cá, de políticas extremadas na direita conservadora contra os direitos dos diferentes erigidos pelos pensamentos moderno e pós-moderno que desqualificam as diferenças coloniais. De certo modo, o trabalho não é sobre uma discussão de gêneros, menos ainda o é sobre uma discussão de defesas militantes de minorias. Mas é um posicionamento político acerca das discussões sobre gêneros e sobre minorias que se mantêm ao longo de muitos anos, no caso da América Latina e quiçá em nosso contexto de “mundo ocidental”, ancoradas nas mesmas premissas fundacionais das culturas no chamado Ocidente: Moderno (eurocêntrico) Cristianismo (católico) e Pós-moderno (estadunidense). Logo, de certo modo, o texto contempla uma discussão que está sendo desenvolvida enquanto projeto de Pós-doutoramento em Estudos de Linguagens (FAALC-UFMS), acerca de uma História da Arte *Outra* para a América Latina, intitulado “**Arte, Cultura e História da Arte Latinas na Frontera: “Paisagens”, Silêncios e Apagamentos em Cena nas “Práticas Culturais” Sul-Mato-Grossenses**” que é vinculado ao Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – CNPq/UEMS.

<sup>3</sup> Pós-doutorando em Estudos de Linguagens (FAALC-UFMS); Professor na UEMS (Graduação em Artes Cênicas, Dança e Teatro e no PROFEDUC) e Coordenador do NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – UEMS/CNPq; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil; [marcosbessa2001@gmail.com](mailto:marcosbessa2001@gmail.com).

El momento es hacer cumplir la resistencia. ¿Pero cómo resistir cuando ni siquiera existe? ¿Entonces la alternativa es afirmar las reexistencias! Quiero decir: lo que no existe para llegar a existir debe, por tanto, volver a existir para afirmar la existencia como resistencia a quienes no quieren que existamos: vivir. En este último caso, por tanto, los que re-existen — cuerpos invisibilizados ahora que eran/son invisibles — para los que no los consideran existentes, los Estados-nación o las Grandes Corporaciones, instituciones que matan cada vez más, necesitan asumir *identidades en política* que no se dejan morir sin convertirse en actos delictivos. Por lo tanto, matar un cuerpo, incluso si no existe en la lógica colonial, ¡es un crimen! Considerando los muchos cuerpos vivos matables, en la contemporánea migratoria, artística, pandémica y exteriorización, desde un enfoque descolonial, pretendo desplazar la lógica de que es posible matar a alguien, por ejemplo, por el simple hecho de que sea marica, negra, pobre, negro, mujer, niño, puta, trans, entre muchos otros cuerpos de la diferencia colonial para reafirmar que matar a alguien es un delito.

Palabras clave: Niño maricón; Cuerpo matable; Cuerpo de exterioridad; Crímenes políticos; Delitos permitidos por las políticas.

### Abstract

The moment is to enforce resistance. But how to resist when it doesn't even exist? So the alternative is to assert re-existences! I mean: what does not exist to come into existence must therefore re-exist to assert existence as resistance to those who do not want us to exist: living. In the latter case, therefore, those that re-exist — bodies made more invisible, now that they were/are invisible — for those who do not consider them to be in existence, the Nation-States or the Big Corporations, institutions that kill more and more, are needing to assume *identities in politics* that do not allow themselves to die without becoming criminal acts. Therefore, killing a body, even if it doesn't exist in colonial logic, is a crime! Considering the many killable living bodies, in the contemporary migratory, artistic, pandemic and externalization, from a decolonial approach, I intend to displace the logic that it is possible to kill someone, for example, for the simple fact of that being fag, black, poor, black, woman, child, whore, trans, among many other bodies of the colonial difference to reaffirm that killing someone is a crime.

Keywords: Viable child; Matable body; Outer body; Political crimes; Crimes permitted by policies.

## 1. Contra Partidos e Políticas *de* Minorias e *de* Gêneros

Eram uma vez vários contos de fadas, histórias da carochinha, cantigas de ninar, brincadeiras de rodas. Já era o tempo em que as crianças brincavam ingenuamente. Igualmente, foi-se o tempo em que as crianças tinham, obrigatoriamente, que ser apenas crianças. Várias daquelas histórias que crescemos lendo, assistindo na TV ou ouvindo através de fitas K7 ou dos discos de vinil já eram impróprias para crianças que foram apenas crianças. Do mesmo jeito, nem por isso as crianças cresceram, desenvolveram-se e mudaram, daqueles tempos para os agoras da atualidade, cinderelas, pinóquios, brancas de neve, gatas borralheiras, popeyes, olivias palito, pica-paus, tons e jerrys, entre muitos outros personagens de histórias “para crianças”, acreditando que eram de fato aqueles. Menos ainda viraram bandidos, marginais ou imorais apenas porque vivenciaram aquelas experiências (que hoje seriam taxadas de pornográficas) nas suas infâncias. Quando muito algumas das crianças que viveram aquelas épocas, áureas diriam alguns, agora adultos, avós e avôs, em muitos casos, têm hoje guardada uma miniatura das personagens daquelas muitas histórias infantis e célebres de animação.

Entretanto, hoje, o crime no Brasil parece contos de fatos contados por *fakes*: “o menino veste azul e a menina veste rosa”, mas quem tem direito é o estuprador mesmo quando a vítima tem 10 anos; passam-se boiadas inteiras sob as cercas da legalidade para queimar o País inteiro; a esposa do Presidente da República brasileira recebe R\$89 mil reais em suas contas, depositados por um condenado pela justiça, e ninguém pode saber por que; pois o Presidente prefere a “porrada” e manter mortos mais de 150 mil pessoas à conversar com os “bundões” da imprensa que podem pegar a COVID-19, #Elenão porque tem “histórico de atleta”; seus filhos empregam fantasmas até hoje que há muito já haviam sido caçados das Assembleias e Câmaras e o dinheiro só faz cair nas suas contas; a esposa pastora assassina o marido também pastor mesmo sendo “mãe” de 56 filhos e com descarga numerária de balas quase igual e só escuta sei tiros; além de Senadores, Deputados Federais e Estaduais, igualmente muitos Governadores, Prefeitos e Vereadores e Secretários que são denunciados por roubo, latrocínio, assaltos, desvio de verbas públicas, estupros, desvios de condutas, entre uma série de outros crimes listados nas leis brasileiras como crimes e continuam impunes porque a legislação brasileira, de algum modo, para quem é rico e pode pagar, claro, permite e porque as mentiras continuam contando as histórias no Brasil.<sup>4</sup> No País o crime ainda parece compensar!

Tudo isso, pior, em muitos casos, é permissível porque têm juízes, advogados, promotores e policiais, federais, civis e militares, na maioria das vezes, e até os cristãos, ou religiosos de muitas outras seitas e naturezas envolvidos, além dos antigos e tradicionais criminosos que as histórias sempre nos contaram cometendo e acobertando os mesmos crimes que aqueles que legislam ou que deveriam ser os legisladores e protetores das leis são os próprios culpados de burlarem as leis que viraram histórias em papéis amarelados. O Brasil está

---

<sup>4</sup> Estes fatos e notícias fazem parte de uma série de acontecimentos, no caso desses, bem recentes, mas não o é diferente dos idos 2013 para cá no Brasil (evidenciaram muitos casos a Lava Jato, por exemplo, que nem é aqui defendida), que parecem mais histórias em quadrinhos do que fatos reais dados as suas complexidades e, a meu ver, inatividades dos órgãos competentes. Com uma busca mínima em canais de notícias da internet é possível constatá-los, um por um, com mais ou menos detalhes: isso se dá também à medida que fazemos opção por este ou aquele canal de notícias que apoia ou desapoia as políticas de situação brasileiras. A mídia no Brasil vive também um sistema complexo, para não dizer político, baseado nos mesmos preceitos das políticas partidárias muito vigentes atualmente no País. As mídias que apoiam divulgam uma política da espetacularização enquanto as mídias que não pactuam das políticas (claro que levemos em consideração a impugnação de recursos a estas e outras políticas que envolvem contratos) aproveitam para midiaticizar o lado perverso da política em situação. Uma análise político-cultural das mídias, para além de sígnicas, talvez desse conta de explicar melhor a situação das mídias dentro das políticas em situação.

vivendo um momento da bala, do *fake*, do “cheque e mate”, da volta de crimes antigos que já haviam supostamente sido banidos (do colarinho branco) e ninguém parece dar a menor importância porque são histórias que ocupam, diariamente, as manchetes dos jornais no mundo inteiro e só não são lidas e ouvidas dentro das fronteiras brasileiras. Pois, o pobre continua cada vez mais pobre, o rico cada vez mais rico, o número de mortos acometidos pela COVID-19 aumenta a cada dia, as notícias de roubos só fazem aumentar e, ainda mais assustador, a legalidade no País parece ir de mal a pior (de vento em popa) porque o próprio Presidente da República é, entre todos esses que compartilham da sua quadrilha, o pior dos exemplos para a Nação.<sup>5</sup> E o que parece pior, quando se acha que não pode mais piorar, decepçamo-nos ainda com os brasileiros quando fica claro que o Despresidente ainda tem apoio de uma “maioria” de desbrasileiros que vê nele o seu reflexo de hipocrisia e o resultado da má formação de conduta nacional.

Esta discussão está ancorada na premissa de que ‘Menino veste azul e menina veste rosa’, frase de efeito da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos ao afirmar que o *Brasil entrava em uma ‘nova era’* em 02 de janeiro de 2019 (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/01/2019) quando da posse do então Despresidente da República eleito por uma maioria de delinquentes no ano de 2018. Infelizmente parte da minha família faz parte desse numerário. Esta parte da relação entre o título deste trabalho – **Criança viada não é criança viado!** – e a frase da desministra é puro deboche e sarcasmo da bestialidade humana ainda exprimida por uma mulher em pleno século XXI. Haja vista que a ideia desta discussão é a defesa de um corpo não vinculado a gêneros. Menos ainda vinculado a religiões que pregam dicotomias. Igualmente não é ressaltar a supremacia de qualquer que seja a ideia de gênero que impera em uma cabeça tão atrasada quanto a da digníssima desministra. Pois, em hipótese nenhuma é permissível a ideia de que existe um gênero masculino soberano ao gênero feminino. Do mesmo modo, é inconcebível uma mulher, em sã consciência, reforçar a submissão das mulheres em defesa da supremacia masculina em pleno século XXI. São minimamente compreensíveis tais argumentações à medida que se percebe a desministra fálca?!

---

<sup>5</sup> Sobre a situação da COVID-19 no Brasil, mais precisamente uma visão crítica da situação da Arte na Educação, na Produção e nos Processos Criativos, sugiro a leitura de três livrinhos recém-lançados por mim: BESSA-OLIVEIRA, 2020b, 2020c e 2020d.

Mas, do outro modo nas discussões, estas questões vão estar vinculadas à obra “Travesti da Lambada e Deusa das Águas” (2013) (figura 1), de Bia Leite que, segundo Iran Giusti, responsável pela conta, “**Criança Viada**”, disse à “**Folha**”, acreditar que o desligamento da sua conta esteja relacionado ao **cancelamento da exposição do “Queermuseu”, pelo Santander Cultural, em Porto Alegre**. Segundo ele ainda, o conteúdo do Tumblr inspirou a artista plástica Bia Leite a criar a obra “Travesti da Lambada e Deusa das Águas” (2013), uma das responsáveis por críticas de visitantes nas **redes sociais** (cf. CATRACALIVRE, 2017, on-line) e também à ideia de que as histórias, memórias, programas de TVs, artistas vários – do palco, da cena ou da tela, por exemplo – reforçam a viadagem nas crianças “ingênuas” do século XXI.<sup>6</sup>

De certo modo, esta, a pintura, e aquela ideia anterior, a da desministra Damarão, têm relações porque ambas, de alguma forma, estão estabelecendo legalidades e ilegalidades nos direitos de ser, sentir, saber e fazer sendo, uma por meio da fala outra por meio da pintura. Digo de outra forma: à medida que uma política de Estado estabelece como regra a noção de que corpos masculinos **vestem** azuis e que corpos femininos **têm** que vestir rosa, o poder público delimita a campanha de gênero hierárquico na perspectiva mais histórica possível. Quer dizer, o Estado continua reforçando a supremacia do homem em detrimento da mulher por meio do estabelecimento de uma cor na roupa. Além, é claro, de evidenciar, por meio do “vestem” e do “têm”, que o homem tem a opção de até vestir outras cores, desde que não seja o rosa, claro, mas que a mulher deve, obrigatoriamente, que se sujeitar ao imperativo masculino e se submeter à singeleza da cor puritanesca eleita hierarquicamente para não parecer uma *machorra* vestindo azul. Ora, se a mulher “tem” e o homem “pode”, o imperativo da desministra está em ser mais mulher-macho que as outras mulheres todas. Não é, sejamos sinceros, sujeição desta em relação àqueles. Não creamos nisso!

---

<sup>6</sup> A obra ilustra, merecidamente, um *hall* de outras tantas obras plástico-visuais (escultóricas, desenhos, pinturas, ilustrações, etc), cinematográficas, cênicas, de dança, de telenovela, de moda, de performance, de conteúdo escolar, de reflexões teóricas que, na última década, têm sido barradas por discursos contra as diferenças em diferentes situações geográficas Brasil a fora. Vários espaços artísticos, nos diferentes segmentos, foram fechados por multidões com gritos de ordens em defesa da família, da moral e do bom costume, baseados nas premissas mais arqueológicas possíveis. Neste caso, por exemplo, em uma abordagem publicada bem recentemente, faço uma leitura das fronteiras (diversas) que barram a circulação dos discursos das diferenças. (BESSA-OLIVEIRA, 2020f).



Figura 1 - Obra “Travesti da lambada e deusa das águas”, da série “Born to ahazar”, 2012/13, acrílica, óleo e spray sobre tela, foto por Ricardo Caldeira em exposição na Câmara dos Deputados (BSB), 100 x 100 cm.

Fonte: Disponível em: <https://www.premiopipa.com/bia-leite/>. Acesso em: 1º out. 2020.

Logo, por outra perspectiva, a pintura evidencia uma virada na lógica coresca de que esta ou aquela cor define gênero. Isto é claro! Entretanto, a questão que vai permear as aproximações entre o que é muitas vezes repulso entre si é a base da constituição de argumentação de ambos os discursos, das lógicas de ser, sentir, saber e fazer sendo ou não podendo, estar ancorada na mesma construção sobre gênero, raça, sexo, corpo, religião, homem, mulher, entre muitos outros conceitos modernos para ser, sentir, saber e fazer como sempre quiseram. Quero dizer com isso que ainda que muitos dos discursos lutem, às vezes favoráveis outras desfavoráveis às nossas ideologias pessoais, pela libertação ou pela salvação de seus supostos corpos-modelo, ambos o fazem ligados a uma única lógica de constituição da humanidade (identidade no Ocidente) que tem base de formação cristã. Mesmo que o cristianismo nasça muito depois da ideia de nascimento da espécie corpórea humana. Ou seja, o conceito de homem e de mulher – heteronormativos – e os desconceitos de corpos homo, trans, lésbicos, não-binários, putas, gays, travestis, entre muitos outros corpos não aceitos pela heteronormatividade são corpos ainda ligados ao pensamento cristão para serem aceitos, constituídos

A partir de agora começa um novo discurso, que quando for implantado em seu nível político correspondente e com as mediações necessárias, que faltam nos filósofos do centro que usam estas mesmas categorias, poderemos, agora sim, dizer que é um novo discurso na história da filosofia mundial. Isso não se deve à nossa pouca ou muita inteligência; deve-se simplesmente ao fato de que, quando nos voltamos para a realidade, como exterioridade, pelo simples fato de ser uma *realidade histórica nova*, a filosofia que dela se desprende, se é autêntica, não poderá deixar de ser igualmente *nova*. É a novidade dos nossos povos o que se deve refletir como novidade filosófica, e não o contrário. (DUSSEL, 1982, p. 45).

Pensar, especialmente, uma filosofia do corpo gay, negro, trans, entre outros corpos das diferenças que pensam a vida na terra de modo diferente, é condição *sine qua non* para, deixar ou desaprendermos, ou mesmo ainda desaprendermos como sugeriu já Walter Mignolo (2008) em/de/para pensar o corpo baseado apenas na mesma lógica que ancora a filosofia moderna europeia que é cristã. Todos os pensadores, e aqui não cabe nenhuma sugestão de flexão do gênero masculino “filósofo” porque sequer têm-se notícia de que as mulheres pensavam à época, tinham base cristã como sustentação para suas argumentações e devaneios. Se não tinham (os gregos) passaram a tê-lo porque os leitores daqueles são cristãos de carteirinha. Por exemplo, os corpos gays que dão conta de se pensarem livres da interferência ocidental cristã, se é que existem; como pensá-lo? Faço esta indagação, pois, o corpo gay, o corpo da exterioridade que se vê como desafeto ou como corpo não acolhido/aceito por uma Igreja – quaisquer que sejam as igrejas dentro dessa lógica porca da cristandade ocidental (em que o corpo é puro pecado e deve por isso ser castigado o tempo todo) – é um corpo preso à interioridade moderna e por isso também é um corpo que se de-limita dentro do padrão de corpo cristão. Além de se delimitar, ainda que pensando não fazê-lo, mesmo que dentro dos padrões de homem, mulher, heteronormatividade, até para compreender-se como gay, lésbica, trans, preto, preta, negro, negra, pobre, feio, gordo, baixo demais.

A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina [e outras] como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás.

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. (LUGONES, 2014, p. 938).

Um corpo que pensa em uma filosofia *outra*, um corpo que considera essa lógica da *novidade dos nossos povos* como diferença para pensar o corpo, por exemplo, mas claro que

não somente, é um corpo que vive intensamente e sem ressentimentos a exterioridade ao pensamento moderno europeu ou estadunidense pós-moderno. Pois, é evidente, é um corpo que tem uma concepção outra de mundo filosófico e que, por conseguinte, não está restrito, já que falamos de corpo, ao ato de prazer da carne no corpo – ao sexo – da ótica da heteronormatividade cristã consagrada para desgraçar os corpos das diferenças. Corpos que apenas copulam como ato de reprodução (para o bem) ou como ato de depravação (para o mal) pela lógica imposta cristã. Já que esse corpo da diferença de filosofia outra sequer considera ser gay, trans, lésbica, entre outras diferenças classificadas pela heteronormatividade como diferente (não diferença) como um gênero a ser autodefinido para participar da lógica estabelecida. Pois, de certo modo, este corpo está bem mais vinculado ao prazer que nem sempre é carnal.

Estamos em guerra. Guerra fria para os que fazem; guerra quente para os que a sofrem. Coexistência pacífica para os que fabricam as armas; existência sangrenta para aqueles que são obrigados a comprá-las e usá-las. O espaço como campo de batalha, como geografia estudada para vencer estratégica ou taticamente o inimigo, como âmbito limitado por fronteiras, é algo muito diferente da abstrata idealização do espaço vazio da física de Newton, ou do espaço existencial da fenomenologia. Tais espaços são ingênuos irrealis, não conflitivos. O espaço de um mundo dentro de um horizonte ontológico é o espaço do centro, do estado orgânico e auto-consciente sem contradições porque é o estado imperial. Não falamos do espaço do claustrofobo ou do agoróforo. Falamos do espaço político, daquele que compreende todos os espaços, os físicos existenciais, dentro das fronteiras do mercado econômico, no qual se exerce o poder sob o controle dos exércitos. (DUSSEL, 1982, p. 8).

Os corpos diferentes (exóticos na ótica eurocêntrico-estadunidense), que não se veem como corpos da diferença colonial, sejam os que defendem uma simples cor como normatização dos gêneros héteros (homem e mulher) como os normais ou seja o corpo que defende a libertação do gênero (até não-binário de qualquer categoria) pela linguagem ou pela atitude de provocar o mesmo (quem estabeleceu o diferente), estão, ambos, ainda, incrustados na normatividade hétero-moderno-cristã que estabeleceu a linguagem por meio das seis línguas modernas oficiais (não contemplando *as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas* (MIGNOLO, 2017)) e por isso estão sobrevivendo (quando acham que vivem) as contradições impostas pelos estados imperiais contemporâneos: Estado-nação (de extrema-direita) ou as Grandes Corporações (que visam apenas lucros).

Assim, portanto, ainda que não queira estar aqui argumentando a favor ou para desfavorecer quaisquer visões de gêneros. Sou obrigado a dizer que qualquer argumentação que ainda corra por fora de um pensamento de *desobediência epistêmica* (MIGNOLO, 2008), ao

pensamento epistemológico (filosófico-cristão) moderno europeu ou ao pós-moderno (filosófico-*biopolítico*) estadunidense, é sim um pensamento de encarceramento do corpo. Mesmo que não seja este corpo homem ou mulher, mas também o sendo, imaginam-se então os corpos gays, lésbicos, trans, pobres, pretos, gordos, magros, altos ou baixos demais que nunca o foram alguma coisa (corpos que acham que se pensam) para o pensamento de classificação em raça, gênero e classes menores (na verdade inexistentes) para os pensamentos moderno e pós-moderno europeu ou estadunidense respectivamente!? Logo, são pensamentos que, na contradição à minha lógica de argumentação do corpo liberto da episteme moderna (aqueles que argumentam em favor da mudança de pronome de tratamento ou da exteriorização do corpo da diferença), ainda falam do *espaço do claustrofobo ou do agorófobo* tentando sobreviver na/da/em modernidade. Porque não falam do *espaço político, daquele que compreende todos os espaços, os físicos existenciais, dentro das fronteiras do mercado econômico, no qual se exerce o poder sob o controle dos exércitos* (DUSSEL, 1982) para pensar em corpos (inexistentes para as línguas, as religiões, a ciência, entre outros aspectos moderno e pós-moderno) da diferença colonial do gênero ou do sexo.

## 2. Desenrolar de questões até hoje enroladas!

Hoje a categoria de *anthropos* (“o outro”) vulnera a vida de homens e mulheres de cor, gays e lésbicas, gentes e línguas do mundo não-europeu e não-estadunidense desde a China até o Oriente Médio e desde a Bolívia até Gana. (MIGNOLO, 2017, p. 18).

Faz bem pouco tempo que tem vindo à tona a morte de diferentes pessoas única e exclusivamente pela sua opção sexual, pela sua condição de gênero não-binário ou pelo simples fato de acharem que podem matar àqueles com os quais não concordam com as suas diferenças enquanto gênero ou sexualidade. Não que isso não ocorresse antes dessa constatação, mas agora, de um certo tempo para cá, essa evidência tem se tornado quase cotidiana e tem se naturalizado na vida urbana das cidades de diferentes tamanhos e contextos geográficos. Do mesmo modo, opostamente contraditório a isso, várias situações que não envolvem diferença enquanto condição de ser-excluído da sociedade heteronormativa, mas semelhante porque subjazem à condição da heteronormatividade, várias mulheres igualmente têm sido mortas pelos seus “parceiros” porque esses ainda se entendem no direito patriarcal de controlar a mulher como objeto de posse. Portanto, de castigá-la pelo não cumprimento do que para si “é”

de obrigação: no trabalho ou na cama. Do mesmo modo também, várias contradições envolvendo os sujeitos chamados normais – brancos, de classe média alta, cristãos e de ordem familiar hétero – tomaram a cena da cultura contemporânea acercadas de políticas e políticos que fazem ressaltar essas aberrações como se fossem naturais em contextos sociais democráticos.

Imediatamente, é possível dizer que os mesmos corpos que eram mortos antes de todo este cenário se desenhar continuam sendo assassinados e deixados à deriva nas ruas, nas redes sociais, nas telas das TVs ou nas páginas dos jornais diariamente e ninguém parece fazer nada. Um pacto político (criminoso) da amizade entre o Presidente da República e os Partidos do Centrão parece ter colocado uma pedra em cima de tudo e de todos para manter a lógica de conto de fadas nas histórias brasileiras. Era uma vez e viveram felizes para sempre! Custe a vida de quem custar. Mesmo aquelas mais assustadoras que vivenciamos agora em tempos de pandemia. Claro que tudo isso me interessa – fatos e *fakes* em relação a essa “despolítica brasileira” (BESSA-OLIVEIRA, 2020) – mas, neste momento, quero discutir, por meio de uma abordagem descolonial crítico-*biogeográfica* fronteiriça a falta das vergonhas nas caras (e nas calças) dessas pessoas que falham e faltam com a maioria das pessoas por deixarem contar essas histórias macabras como se fossem contos de fadas da carochinha. Para isso é preciso falar de uma política que emerge dos corpos das diferenças,

Ou seja, um pensamento que faz visível a geopolítica e corpo-política de todo pensamento que a teologia cristã e a egologia (e.g. cartesianismo) ocultam. Por tanto, se o ponto de origem do pensamento/sensibilidade e do fazer fronteiriços é o Terceiro Mundo, e se suas rotas de dispersão se realizaram através de quem migrou do Terceiro para o Primeiro Mundo, então o ser e o fazer, habitando as fronteiras, criou as condições para ligar a epistemologia fronteiriça com a consciência imigrante e, em consequência, desvinculá-la da epistemologia territorial e imperial baseada nas políticas de conhecimento teológicas (Renascimento) e egológicas (Ilustração). Como é bem sabido, as políticas teo- y ego-lógicas do conhecimento se basearam na supressão tanto da sensibilidade como da localização geo-histórica do corpo. Foi precisamente essa supressão o que tornou possível que a teo-política e a geopolítica do conhecimento fossem proclamadas universais. (MIGNOLO, 2017, p. 16-17).

E não estou defendendo um corpo assentado em gênero a ser definido ou defendido. Não quero minha articulação pautada na lógica de que discuto gênero. Pois, gênero, no sentido mais amplo do termo, no contexto ocidental, é pautado na relação binária de constituição de um homem por Deus e de uma mulher com parte da costela daquele e de barro. Quer dizer: sempre que falamos de gênero, sexualidade, de corpo, ou de qualquer coisa que os envolvam, estamos baseados na constituição *geo-histórica do corpo* ocidental que tem bases *teológica cristã* e da

*egologia* (e.g. *cartesianismo*) que *ocultam*, para não dizer que literalmente matam, os corpos das diferenças de raça, classe e gênero, mas também de sexo, corpo, desejos, entre outros. Do mesmo modo, nossas argumentações sobre os corpos que constituem o gênero discutido, em qualquer que seja o contexto ocidental sem o desprendimento já ressaltado, são corpos que têm a localização *geo-histórica* europeia e que, por isso, têm proclamado para si uma ideia universalizante de homem, mulher, sexo, gênero, raça, classe, língua, fé e produção de conhecimentos (ciência) geopolítica exclusivista (eurocêntrica) e teopolítica de salvação (cristã): *teo- y ego-lógicas do conhecimento*.

Neste caso, por conseguinte, é evidente que o momento é de fazer valer resistências de corpos que sempre pareceram sem resistência e por isso são mortos. Mas como resistir em um momento quando sequer existe enquanto corpos que devem ser respeitados? Então a alternativa que este trabalho quer trazer à tona é a de fazer valer re-existências de corpos que sempre foram invisibilizados pela falta de serem corpos-políticas (MIGNOLO, 2017) para corpos das diferenças e pela insistência de políticas partidárias no Brasil que priorizam alguns corpos! Assim, quero dizer que o que não existe para poucos que definem as existências, para passar a existir deve, portanto, re-existir para fazer valer existência contra e como resistências àqueles que não nos querem existentes: vivos porque nos preferem mortos, por exemplo, agora, pela COVID-19. Neste último caso, por conseguinte, os que re-existem — corpos tornados mais invisíveis, agora que já eram/são invisíveis e invisibilizados cada vez mais — para os que não os consideram com existência e existentes, os Estados-nações ou as Grandes Corporações, no caso do Brasil o Governo Federal ou aquelas grandes instituições que apoiam a despolítica daquele, porque são instituições que matam cada vez mais os invisíveis, estão precisando assumir *identidades em política* (MIGNOLO, 2008) que não se permitem morrer sem se tornarem vítimas de atos criminosos.

Não, não estou falando de “política de identidade”, mas de “identidade em política”. Não há, pois, necessidade de argumentar que a política de identidade se baseia na suposição de que as identidades são aspectos essenciais dos indivíduos, que podem levar à intolerância, e de que nas políticas identitárias posições fundamentalistas são sempre um perigo. Uma vez que concordo parcialmente com tal visão de política de identidade – da qual nada é isento, já que há políticas identitárias baseadas nas condições de ser negro ou branco, mulher ou homem, em homossexualidade e também em heterossexualidade –, é que construo meu argumento na relevância extrema da identidade **em** política. (MIGNOLO, 2008, p. 289, grifo do autor).

Neste caso, quero tratar e por em evidência com este trabalho um corpo sem restrições definidas por corpos que não contemplam a liberdade. Um corpo desprovido de obrigações com o pensamento moderno europeu ou com o projeto pós-moderno estadunidense de globalização. Ora, se a lógica moderna é desvincular o corpo da alma porque esta deve ser salva para culpar o corpo por todo o pecado e o corpo é castigado para salvar aquela a fim de alcançar o paraíso em Deus cristão. No projeto estadunidense o corpo é castigado, o tempo todo, em servidão ao trabalho braçal assalariado (e carnal) para o fim de ter para consumir, assim poder ter para sobreviver em contexto de capitalização de muito mais lucro para bem poucos. Portanto, priorizo o corpo nesta discussão que não se quer vinculado à cristandade e nem ao consumismo como únicos atos de sobrevivência em contextos de modernização ou de globalização, menos ainda de salvação. Pois, este corpo que prioriza uma dessas três vertentes de vida ou as três, o corpo que sente que vive apenas se contemplado ou aceito por uma das três ou pelas três, ainda é um corpo que sofre pela exclusão de ser um corpo diferente (não-moderno), que não se aceita como um corpo da diferença (descapitalizado) e porque se vê como um corpo do pecado (não-cristão).

Por conseguinte, então, ao falar de crianças viadas, estupradas, de crianças violadas, mas também de corpos negros que sofrem preconceitos racistas, de corpos trans que sofrem com homofobias de pessoas que julgam a heteronormatividade como único padrão, mas também das mulheres que sofrem com a violência ao corpo feminino, muitas vezes cometida exatamente por aqueles que deveriam lhes dar carinho e segurança dentro de suas casas em contexto de isolamento por causa da pandemia pela COVID-19 que obriga a convivência, falo de corpos que não têm políticas a seus favores. Haja vista porque são corpos dispensáveis pelo padrão que exige o corpo colonial, escravo como os corpos da colonização, ou porque são corpos que não servem – são, portanto, descartáveis e matáveis – para o trabalho pesado, para o prazer dos seus donos ou porque simplesmente não compõem os padrões de crianças que devem vestir azul ou rosa, mas que não podem vestir um laranja ou um lilás; porque são corpos que rezam outras crenças que não as cristãs ou as que ainda assim são permitidas pela cristandade; são corpos que podem receber receitas fraudulentas; são corpos que acolhem mais de 50 filhos para o puro prazer de escravizar ou matar, entre outros muitos corpos das diferenças que não são contemplados pelas políticas partidaristas ou da “economia da morte” ou “do ódio”

(BESSA-OLIVEIRA, 2020a) que hoje compõem as políticas do desPresidente da República do Brasil.

Do mesmo modo, ao afirmar que a Criança viada não é uma criança viado não estou defendendo esta ou aquela visão/argumentação de gênero não-binário que busca inscrição na linguagem constituída junto ao pensamento moderno europeu ou mantida pela lógica estadunidense do consumir para ter. Pois, se por um lado a língua oficial da modernidade não foi nenhum dos dialetos falados pelas etnias e/ou civilizações não-europeias, que por isso não permitem a salvação de corpos não europeus pela inclusão do diferente nela; de visada contrária a fala dos europeus que dominaram as línguas oficiais (primeiro o italiano, o espanhol e o português, depois o francês, o alemão e o inglês), de Freud à Lacan, de Foucault a Derrida, entre muitos outros rerepetitidos incansavelmente pela maioria dos linguistas ocidentais (mais ainda no Brasil periférico), sequer levaram em consideração a possibilidade de produção de saberes (e corpos) outros nas línguas tribais (essas sim vernáculas) assassinadas pelas línguas oficiais europeias.

Logo, e igualmente me serve de argumentação, que se de uma perspectiva a construção identitária europeia se forjasse na matança dos diferentes, certamente a imposição pela exotização/erotização do corpo não-europeu não levou ao reconhecimento desses mesmos diferentes sem serem taxados de bárbaros, vândalos ou profanos e até de promíscuos. Assim, a lógica que se impõe pela exageração em relação ao padrão estabelecido também não fez dos corpos gays, trans, lésbicos, não-binários, entre outros, reconhecíveis no contexto nacional hoje estabelecido. No muito, como já dito antes, acabaram em manchetes de jornais assassinados por aqueles, muitas vezes, que deveriam lhes dar abrigo: setores público ou privado. Portanto, minha tese é de que esses corpos, sejam os que defendem a construção de uma nova linguagem (baseada nessa língua que aí está), sejam os que defendem a extravagância (contrariando a norma (ainda que equivocada) que temos imposta), pensando na ideia de uma história *outra* dos corpos latino-americanos, ambos, sem sombra de dúvida, continuam fazendo mais do mesmo: reforçando a manutenção do padrão pela maior exteriorização da diferença. Ou seja, esses discursos estão baseados na mesma lógica de 1500 de quando fomos invadidos: “são bárbaros que precisam ser evangelizados para serem salvos e assim encontrarem a salvação (nem estou falando do paraíso), mas a modernidade, por meio da língua, da escrita e da fé cristã”.

a declaração de Quijano, de que o eurocentrismo é uma questão não de geografia, mas de epistemologia, apoiei esse ditado com a observação de que o conhecimento

ocidental é fundamentado em duas línguas clássicas (grego e latim) e se desdobrou nas seis línguas europeias modernas/coloniais e imperiais: o italiano, o espanhol e o português (as línguas vernáculas do Renascimento e do fundamento inicial da modernidade/colonialidade), o francês, o alemão e o inglês (as três línguas vernáculas que dominam a partir do Iluminismo até hoje) (Mignolo, 2000b). (MIGNOLO, 2017a, p. 12).

Do mesmo jeito, a ideia de pertencimento ao corpo-cristão – o corpo pecado de alma salva – não levou ninguém ao paraíso que tenha voltado para contar que foi lá e que valha a pena lutar (deixar de pecar) para ir. Assim, minhas argumentações não passam também por uma ótica de corpos de-fendidos entre ser e poder de ser e ter! Pois, à medida que se busca vínculo com a história da modernidade – a modernização como salvação das trevas – ou ao ponto que busca a salvação na crença de um Deus cristão como tem sido colocado, especialmente, desde a Idade Média para o pensamento no Ocidente constituir-se, corpos fendidos entre esses dois espaços que não contemplam as diferenças, falamos de corpos presos aos mesmos padrões que excluem os diferentes inventados pelos quais alguns, baseados nas suas mesmas lógicas (de modernização e salvação), insistem em questionar. Portanto, precisamos desnudar o corpo da suposta razão tecnológica cristã (BESSA-OLIVEIRA, 2020e) – uma lógica defendida por mim de que o corpo foi tornado pecado desde a Idade Média com o advento da cristianização, mas que a Igreja veste (tecnologiza) de pecado o corpo desde a Idade das Pedras – para libertar qualquer amarra de argumentação (de linguagem ou de exaltação de ser diferente) da razão moderna de modernização ou da lógica cristão de salvação. No caso das América, a história não foi diferente, os corpos, mesmo os não héteros, continuam amarrados a padrões que normatizam até aqueles que não querem ser normatizados:

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. (LUGONES, 2014, p. 936).

**Sou a favor de um mundo sem igrejas.....** Quaisquer que sejam suas naturezas! De qualquer que seja sua divindade! De qualquer que seja sua ideia de salvação em relação a um mundo imaginário que está para além daqueles contos de fadas e de fadas e igualmente que estejam para além das histórias da carochinha antes lembradas: não em relação as aqui também ressaltadas que parecem contos de fatos contados por *fakes*. Crimes hediondos cometidos por aqueles que deviam ser as leis! À medida que penso em um mundo sem essas regras da ideia

de salvação, começo a vislumbrar a possibilidade de convivência entre as diferenças. Pode parecer hediondo da minha parte, mas hoje tenho a convicção de que são as Igrejas, nas suas grandes ideias e construções de salvações – seja pelo corpo de um cristo, seja pela “contribuição” sagrada (infaltável) dízimal – que estabeleceram as lógicas de diferenciação que permeiam as relações humanas desde a ideia de um corpo humano: logo, da Idade da Pedra até hoje. Então, imaginemos um mundo sem um lugar no qual as pessoas não são levadas a perder o sentido da realidade...? Imagina um mundo sem histórias da carochinha, por exemplo?

O enunciado necessita um (agente) enunciador e uma instituição (não é qualquer um que pode inventar o *anthropos*); mas para impor o *anthropos* como “o outro” no imaginário coletivo é necessário estar em posição de gerenciar o discurso (verbal ou visual) pelo qual se nomeia e se descreve uma entidade (o *anthropos* ou “o outro”), e conseguir fazer crer que esta existe. Hoje a categoria de *anthropos* (“o outro”) vulnera a vida de homens e mulheres de cor, gays e lésbicas, gentes e línguas do mundo não-europeu e não-estadunidense desde a China até o Oriente Médio e desde a Bolívia até Gana. (MIGNOLO, 2017, p. 18).

A minha ideia é ter um **mundo livre da pressão da necessidade de salvação**. Um mudo livre da ideia de buscar para si qualquer tipo de salvação! Salvar do que, nesta lógica cristã, se nós mesmos criamos as desgraças do mundo que exigem salvação delas!? Do mesmo jeito, salvar das políticas da perversão, de políticas-partidaristas, se somos nós mesmos que elegemos àqueles que nos representam! Neste caso, mais uma vez, o despresidente da República e seus comparsas estão no poder porque uma maioria (de delinquentes) preconceituosa, machistas, racistas, xenófobos, militantes por uma família falida e por uma lógica religiosas da igreja como templo da salvação os elegeram. E pior, salvo o caso das Igrejas que eram favoráveis àqueles despolíticos, as demais instituições de fé (políticas) não fizeram nada para impedir o avanço de um cartel contra a liberdade de ser, sentir e saber para fazer independente do corpo e gênero que se ocupam. **E igrejas, partidos, sindicatos, etc e etc continuam enchendo os bolsos e nós pagamos as contas com o corpo das diferenças que supostamente ainda devem ser salvos**. Mas salvo por quem?

Ao contrário, ressaltando o que de “dis-tinto” cada filósofo ou povo têm, pode-se chegar ao equívoco total e à impossibilidade de uma história da filosofia, para o que tendem as sugestões de Ricoeur em *História e verdade* e especialmente as de Jaspers: não há história da filosofia; há biografias filosóficas. (DUSSEL, 1986, p. 207).

Abdicar-se da Igreja como único órgão fundamental de salvação é abrir mão da filosofia que sempre nos acercou e que tem base e fundamentação teológica cristã para construção de suas maiores argumentações em relação aos corpos. Além da teologia cristã, precisamos nos

livrar da ideia tecnológica cristã do corpo humano! Pois, um corpo outro, aquele que necessita de um pensamento desprendido da modernidade ou da cristandade, para re-existir, é um corpo que também constrói um pensamento filosófico outro sobre gênero, raça, classe, mas também sobre fé, língua e produção de conhecimentos e, claro, sem falar em sexo e/ou em gêneros. Aliás, é possível talvez dizer também que esses corpos outros tenham a salvação exatamente nos lugares nos quais a modernização do pensamento europeu ou o cristianismo da convicção católico-cristã tenham feito de tudo para excluir dos adventos de mundo para além do europeu, estadunidense e cristãos. Assevero isso tendo em vista que continuamos, os corpos das diferenças, sem esperança e sem possibilidade de convivialidade: apenas sobrevivemos. Pois é! E o País segue sendo mais do mesmo, talvez piorado, e as pessoas continuam dando crédito a quem mata mais, mas que também vai à #igreja orar/rezar/ou fazer qualquer outra coisa todos os domingos ou, às vezes, a semana inteira! Somos o País da ignorância e da hipocrisia em prol da religiosidade! Matamos para continuar tendo pelo que rezar! E isso faz tempo, pois “A missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, estava presente na concepção ideológica de conquista e colonização. Julgar os/as colonizados/as por suas deficiências do ponto de vista da missão civilizatória justificava enormes crueldades.” (LUGONES, 2014, p. 937). Por conseguinte, ainda na contemporaneidade “Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres” (LUGNOES, 2014, p. 937). Assumimos, no pior dos sentidos de sujeitos colonizados/dominados, a feição de dominador enquanto, na verdade, somos dominados cada vez mais por aqueles que nos querem mortos.

### 3. Conclusões DESGÊNEROS

O Show da Xuxa era, naqueles idos áureos tempos, uma predileção de “baixinhos” de várias partes do mundo. Claro que a Xuxa também era a predileção de muitos “altinhos”! Não era o meu caso! Por vários motivos. Mas o mais importante deles é porque eu era um dos “baixinhos” que não perdia uma manhã sequer dos programas. Mas, a verdade de tudo isso é que aquele programa ou aquela apresentadora não fizeram de mim uma criança mais ou menos viada! O fato é que nada externo faz alguém uma criança viada ou viado! Ambos, ser ou não ser, estão na cabeça de quem quer ser e não pode! Eis aí uma lógica ainda a ser pensada pela maioria das pessoas. E não estou dizendo que não podem porque não se permitem socialmente.

Mas muitos e muitas não podem porque não são permitidos ser pela sociedade que desconhece o que é ser uma criança viada ou viado, ou pela sociedade que é viada ou viado e que, por isso, quer todos e todas viados e viadas. A imposição não leva a felicidade! Esta lógica também é uma incógnita na cabeça da sociedade que tem base moderna e cristã.

Tendo em vista esses apontamentos colocados, esta proposta quis argumentar que matar um corpo, ainda que inexistente da lógica colonial ou mesmo na perspectiva que tem se erigido com a colonialidade (pelo domínio do trabalho, do prazer e da subjetividade ou pela tecnocolonialidade (BESSA-OLIVEIRA, 2020b)) ou ainda pela prática do sexo com liberdade ou libertinagem, é sim crime! Entretanto, crimes não condenados, em muitos casos, pelas políticas que temos aí colocadas já que são políticas e leis para minorias. Uma minoria que define para quem as leis e políticas devem ou não ser aplicadas. Faço essas argumentações considerando, por exemplo, que os muitos corpos vivos matáveis, na contemporaneidade migratória, artística, pandêmica e de exteriorização, de sexo e de prazer, simplesmente por que são corpos das diferenças em relação ao padrão (masculino, hétero, fálico, rico, branco, cristão, falante das línguas oficiais ocidentais e dominantes da ciência como produção do conhecimento), a partir dessa abordagem descolonial, para deslocar, desprender e desaprender a lógica de que é possível matar alguém, por exemplo, pelo simples fato daquele ser viado, negro, pobre, preto, mulher, criança, puta, trans, entre muitos outros tantos corpos da diferença colonial presentes na colonialidade contemporânea para reafirmar que matar alguém é ainda deve/tem que ser crime. “A ênfase está em manter a multiplicidade no ponto de redução – não em manter um “produto” híbrido, que esconde a diferença colonial –, nas tensas elaborações de mais de uma lógica, que não serão sintetizadas, mas sim transcendidas.” (LUGONES, 2014, p. 949-950).

A possibilidade de fortalecer a afirmação e a possibilidade do ente em relação assenta-se não pelo repensar a relação com o opressor a partir do ponto de vista do/a oprimido/a, mas pelo avançar a lógica da diferença, da multiplicidade e da coalizão no ponto da diferença. (LUGONES, 2014, p. 949).

### **Quero um corpo livre para pecar sem a predefinição do que para nós é o pecado.**

A lógica de uma andorinha sozinha não faz verão é a máxima contra o pensamento colonial de gênero e sexo, padrões imperantes nos discursos todos ainda hoje. Entretanto, o oposto também é verdadeiro: ser a exceção por meio de muito excesso é fazer valer mais da inscrição à colonialidade do poder vigente por meio da globalização viada no mundo viado! Do mesmo

jeito, a representação que se tem de qualquer perspectiva hoje no contexto ocidental é ainda e vai sempre ser, sem a *desobediência epistêmica*, moderna, cristã e preconcebida pela lógica eurocêntrica e/ou estadunidense. É uma pena que não tenhamos hoje sequer um *gif* que ilustrasse a minha ideia aqui em articulação..... Certamente ia ser censurado..... Mas o fato é que até eles, os *gifs*, são concepções modernas e cristãs da nossa formação como humanos e humanas: agora tanto para aqueles que se acham ser, quanto para aqueles e aquelas que não foram permitidos acharem sê-lo.

Deixem-me adiantar uma cópia dos processos descoloniais e de desobediência epistêmica e sugerir que os horizontes desses atos de desobediência epistêmica estejam se abrindo para um futuro além do acúmulo de capital e de reforços militares; além da reestruturação pós-moderna e pós-estruturalista da cosmologia eurocêntrica da modernidade. Percebam que a minha visão de modernidade não é definida como um período histórico do qual não podemos escapar, mas sim como uma narrativa (por exemplo, a cosmologia) de um período histórico escrito por aqueles que perceberam que eles eram os reais protagonistas. (MIGNOLO, 2008, p. 316).

Do mesmo modo, tenho em certeza que aqueles que ocupam hoje os lugares que foram no início da reflexão elencados (ministros, presidente, juízes, deputados, senadores, governadores, vereadores, militares, procuradores, prefeitos e seus respectivos familiares) não têm o direito de matar e saírem impune porque supostamente controlam leis. Neste caso, vamos reivindicar o devido cumprimento das leis e das políticas nacionais para enquadrar, literalmente, àqueles que se julgam acima dessas porque simplesmente ocupam cargos ou porque são parentes de quem ocupa algum cargo na política ou na lei brasileiras. Portanto, este trabalho é, de certa forma, uma defesa de um mundo mais viado, negro, mais do indivíduo que tem o caráter de ser pobre, preto, mulher, criança, um mundo de putas que trabalham honestamente, de pessoas trans que ganham suas vidas de modo honesto dando ou sentindo prazer ou também não, entre muitos outros tantos corpos da diferença colonial presentes na colonialidade contemporânea, mas que são honestos sem serem políticos ou sujeitos das leis brasileiras.

Aliás, e por último, “A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes.” (LUGONES, 2014, p. 949). Portanto, *desobedecer, desprender-se e desaprender*, nesta mirada outra de gênero, sexo e corpo, não são sobre gêneros, sexos e corpos de pegadas modernas, pós-modernas, linguísticas, linguagens, de fé, de norma, de regra, de aceitação, de subordinação, de grupos exclusivos, de masculinidade,

de feminilidade, de vitimismos, de exaltação do diferente sobre o mesmo, do gaysismo, de lesbianismo, da viadagem, da camaradagem..... Mas o é do ser, sentir, saber *biogeograficamente* para fazer diferença e diferente sendo!

### Referências

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. (Des)política para *corpos-política* na arte, na cultura e na educação. *Interritórios: Revista de Educação*, v. 6, n. 10, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil, 2020, p. 1-26. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/244891/0>. Acesso em: 24 mai. 2020.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. O Corpo e a Geopolítica da Tecnocolonização, Tecnocolonialidade do Corpo na Arte, na Cultura e na Educação! (1ª Parte). *Artigo apresentado no II Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas*, na modalidade online, 2020. Foz do Iguaçu, PR, Online, 22 a 26 de junho, p. 1-21, 2020a. (Texto acervo do autor).

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. *Educação, Tecnocolonialidade, Docência Remota & a Covid-19*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020b.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. *Artevírus, Arte de Dentro de Casa & a Covid-19*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020c.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. *Arte Biogeográfica, Processos Criativos & a Covid-19*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020d.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. O Corpo e a Geopolítica da Tecnocolonização, Tecnocolonialidade do Corpo na Arte, na Cultura e na Educação! (2ª Parte). *Artigo no prelo*, p. 1-22, 2020e. (Texto acervo do autor).

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. As fronteiras que esBARRAm as produções artístico-culturais contemporâneas da exterioridade. *Contemporânea - Revista do PPGART/UFMS*, Santa Maria, V.3, N.5, 13, 2020f. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/44293/34226>. Acesso em: 14 out. 2020.

CATRACALIVRE. Redação. “Tumblr ‘Criança Viada’ é excluído após acusações de pedofilia”. 14/09/2017 - 22:11. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/tumblr-crianca-viada-e-excluido-apos-acusacoes-de-pedofilia/>. Acesso em: 25 set. 2020.

DUSSEL, Enrique. *La pedagogía latinoamericana*. Bogotá, Colombia: Editorial Nueva America, 2000.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt*. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique D.. *Método para uma filosofia da libertação*: superação analética da dialética hegeliana. Tradução Jandir João Zanotelli. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

DUSSEL, Enrique D.. *Filosofia na América Latina*. Filosofia da libertação. Tradução Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 1982.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. Revisão de Claudia de Lima Costa. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, n.22, v. 3: 320, setembro-dezembro/2014, p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 08 out. 2020.

MIGNOLO, Walter, D.. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. *Revista Epistemologias do Sul*. Foz do Iguaçu, PR. V.1, n.1, 2017, p. 12- 32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em: 27 fev. 2020.

MIGNOLO, Walter. D.. COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32 no. 94, São Paulo, Epub June 22, p. 1-18, 2017a. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 16 mai. 2020.

MIGNOLO. Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. de Ângela Lopes norte. *Cadernos de letras da UFF – Dossiê Literatura, Língua e identidade*, n.34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.